



E-mail: licita@logitexbrasil.com.br

FONE: (51) 3029.4288

Senhora Pregoeira da Prefeitura Municipal de Joaçaba – Estado de Santa Catarina.

Referente: Pregão Presencial n.º 07/2016.

LOGITEX BRASIL COMERCIAL LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.392.045/0001-91, Inscrição Estadual n.º 096/3634674, com endereço na Rua Ricalde Marques, n.º 119, Bairro Jardim São Pedro – Porto Alegres/RS – CEP 91.040-28, vem, respeitosamente à elevada presença de Vossa Senhoria, por representante legalmente investido com procuração (doc. anexo), com fulcro na Lei n.º 8.666/93 e Lei n.º 10.520/02 e, Edital de Abertura do Certame Licitatório, interpor Contra Razões, ao Recurso interposto pela recorrente Qualymedic Comércio e Assistência Técnica Ltda., para tanto embasado nas diretrizes da Legislação pertinente, e pelos substratos fáticos e jurídicos a seguir delineados que consubstanciam o pleito almejado pela impugnante:

Da realidade fática e da fundamentação jurídica. Do dever de manter o resultado do certame que declarou vencedora a empresa recorrida. Do pleno atendimento das condições editalícias técnicas – jurídicas por parte da empresa recorrida. Da busca do Poder Público pela proposta mais vantajosa (custo x benefício) em acordo com o que descritivo do edital de abertura do certame. Da cotação de equipamentos por parte da recorrida em consonância com o previsto no edital de abertura do certame para fins de especificação técnica. Do dever da estrita observância ao Princípio da Vinculação aos termos do edital por parte do Poder Público. Da necessidade da observância do excesso de formalismo na condição do certame e da necessidade de flexibilização dos atos visando obter o fim colimado que é a busca do menor preço. Do dever de manutenção da decisão que declarou a empresa recorrida LOGITEX LTDA já que atendera em sua plenitude os termos previstos em edital.

Tem-se que recorrida participara do certame retro mencionado relacionado cujo objeto fora a aquisição de equipamentos Odontológicos para setores de odontologia certame fora declarada classificada a empresa recorrida, eis que cotara produto/serviço em conformidade com o exigido em edital e tivera o menor preço no momento da sessão, sendo, portanto, devida sua vitória no certame eis que além de atender aos anseios do Poder Público contratante apresentara a proposta mais vantajosa no que tange ao preço ofertado indo ao encontro dos interesses do Administrador Público na busca da proposta ideal e mais vantajosa à luz do exigido em edital e em consonância com os dispositivos legais aplicáveis.

Ocorre que a empresa recorrente em que pese estando ciente de que cotara produto com valor superior ao cotado pela recorrida não aceitara a classificação e conseqüente vitória desta para os itens 026 e 027, alegando para tanto que: a recorrida não atendera ao item 6.1.8(Documentos para Habilitação) já que na referida declaração deverá constar a assinatura do Administrador e do Contador da empresa com a devida identificação, e que para tanto a declaração apresentada pela recorrida consta o nome do funcionário credenciado para o certame o qual não faz parte do quadro societário da empresa LOGITEX LTDA. e sendo assim não poderia assinar referida declaração e desta feita não teria a empresa recorrida atendido ao que prevê o edital e devendo ser desclassificada na fase de habilitação do certame; que não atendera ao item 6.1.9 e 6.1.9.1(Documentos para Habilitação) – Certidão Negativa de Falência e Concordata – já que a empresa LOGITEX LTDA. teria sua sede em Porto Alegre/RS e nesta cidade uma vez existindo mais de um cartório de distribuição deveria a empresa apresentar a certidão dos três cartórios existentes; (No aspecto técnico) – que

não atende as especificações técnicas para os itens 026 e 027 no que tange ao sistema porta entreaberta/fechada, bem como quanto à pressão para esterilização entre 1,7 à 1,9 kgf/cm²- temperatura de esterilização entre 121 à 134°C; que não há informações acerca do fabricante junto ao site da ANVISA; não havendo como precisar acerca da assistência técnica do fabricante; e não haveria a certificação ISO 9001 da empresa BS Equipamentos; e ao final pugna pela desclassificação da empresa recorrida LOGITEX LTDA. para os itens 026 e 027 por não ter atendido aos termos do edital.

Contudo, em que pesem as alegações recursais trazidas aos autos pela recorrente as mesmas não podem prosperar já que diversamente do que entendera a recorrente a recorrida LOGITEX LTDA. de fato fora declarada classificada e vitoriosa no certame por ter cotado para os itens 026 e 027 equipamentos em conformidade com os termos previstos em edital, já que apresentara documentação para fins de qualificação técnica – jurídica bem como de acordo com as especificações técnicas previstas em edital.

No que tange ao item 6.1.8(Documentos para Habilitação) a declaração apresentada pela empresa recorrida LOGITEX LTDA. assinada por Filipe Lemes dos Santos atende ao previsto em edital já que o mesmo, segundo se infere da procuração pública (documento anexo), possui amplos e irrestritos poderes para representar e atuar em nome da empresa, inclusive assinando documentos quando solicitados nos certames licitatórios; donde desta feita a declaração solicitada no item 6.1.8 encontra-se atendida com a apresentada e assinada por Filipe Lemes dos Santos, já que possuindo perante a empresa procuração com poderes que confere inclusive a capacidade de assinar documentos em nome da empresa recorrida. Não há qualquer impeditivo legal que proíba a assinatura da declaração por parte de Filipe Lemes dos Santos, bem como não há determinação de que somente Dirigentes e Contadores devam assinar referido documento, já que o edital apenas solicita a apresentação de referido documento, sem mais ressalvas. Portanto, não há razão na alegação da recorrente de que a recorrida teria desatendido este item, donde tal alegação apenas serve para tumultuar os autos e tentar a qualquer preço desclassificar a proposta da recorrida que tivera o menor preço(binômio custo x benefício)e cotando equipamentos em conformidade com os termos do edital de abertura do certame.

Quanto à Certidão Negativa de Falência e Concordata apresentada pela recorrida, compulsando-se os presentes autos, verifica-se que referida certidão apresentada pela recorrida LOGITEX Ltda. encontra-se em plena consonância com o previsto nos subitens 6.1.9 e 6.1.9.1 já que a mesma fora emitida pela sede da empresa LOGITEX LTDA. em Porto Alegre; donde desta feita, portanto, encontra-se atendida tal exigência pela recorrida, sendo descabida e temerária a alegação por parte da recorrente de que a recorrida teria descumprido nestes termos o que prevê expressamente o edital de abertura do certame.

Mister consignar que a recorrida LOGITEX LTDA. reconhece a obrigatoriedade legal de que empresas licitantes apresentem documentação para fins de habilitação técnica- jurídica, como forma de conceder a capacidade de serem classificadas no certame, contudo, tais exigências documentais não podem e não devem extrapolar os limites da legislação ao ponto de deixarem que o excesso de formalismo sirva de motivo para a desclassificação, ainda que indevida, de uma empresa que na sua plenitude ou na sua maior parte atendera aos termos do edital, sobretudo no aspecto técnico em que os equipamentos estejam em consonância com o previsto nas especificações técnicas; como fora o caso dos presentes autos em que a recorrente fora classificada e declarada vencedora para os itens 026 e 027 por ter cotado equipamentos em estrita consonância com os termos do edital e ainda com o menor preço.

Salienta-se que desde que não cause prejuízo à administração pública, uma empresa não pode ser excluída do processo de licitação por conta de questões irrelevantes, como omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas

Consigna-se que a diversamente do que entende a empresa recorrente, a eventual desclassificação da recorrida não se mostra razoável, notadamente por se tratar de licitação em que o foco é o menor preço. Afinal, como a administração pública busca vantagem econômica, o fator preço é decisivo — por menor que seja. É isso que prepondera sobre o formalismo.

O objeto imediato do procedimento licitatório é a seleção da proposta que melhor atenda aos interesses da administração e, como objeto mediato, a obtenção de certa e determinada obra ou serviço que atenda aos anseios da Administração. A formalidade exigida da parte impetrante é excessiva, evidenciando obstáculo ao resguardo do próprio interesse público, que consiste na obtenção do menor preço.

Tem-se que a fase de habilitação visa aferir se a pessoa interessada em contratar com a Administração preenche os requisitos e as qualificações para a adequada execução do objeto licitado, tendo por fim garantir o adimplemento das obrigações firmadas no contrato administrativo. Essa fase é de observância impositiva, devendo o agente público reclamar documentos conforme o objeto licitado), conforme indica o Manual de Orientações Básicas das Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União:

"...É dever da Administração, ao realizar procedimentos licitatórios, exigir documentos de habilitação compatíveis com o ramo do objeto licitado, especialmente aqueles que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira para participar de licitação na Administração Pública..."

Dessa forma, o edital de licitação deve, com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, exigir os documentos a serem apresentados que atinjam os fins colimados pelo edital, com vistas à proceder a participação das empresas que estão aptas a participarem do certame licitatório; como se fizera presente no certame em comento onde a empresa recorrida sagrara-se vencedora por atender aos termos do edital e os questionamentos aventados pela recorrente (referentes à questão documental – documentos para habilitação) não se justificam já que a recorrida LOGITEX LTDA. atendera em sua plenitude referida exigências previstas em edital.

A lei confere à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizados pelo interesse público e normas cogentes.

O objetivo do Poder Público quando da elaboração de um edital, ao estabelecer algumas exigências, eleitas como indispensáveis, é assegurar a regular execução do contrato com cláusulas fundamentais para o adimplemento das obrigações, nos termos do artigo 37, XXI, da CRFB/88, que dispõe:

"Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (6.BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Lex: Vade Mecum RT. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010).

Dessa forma, a Administração pode exercer o seu poder discricionário a fim de estabelecer os requisitos caso a caso, conforme a necessidade do objeto e segundo os princípios e dispositivos norteadores do Direito Administrativo.

A qualificação técnica, estatuída pelo art. 30 da Lei 8.666/93, detém grande amplitude de significado, sendo adotado aqui a investigação em fase anterior ao exame das propostas por parte de quem dispõe ou não condições técnicas de executar a prestação do serviço a ser contratado.

Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais; donde devem estar devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocadamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado.

Veda-se cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares. Se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão. Terão de ser analisados conjuntamente a cláusula restritiva e o objeto da licitação. A inviabilidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação. Aliás, essa interpretação é ratificada pelo previsto no art. 37, inc. XXI, da CF ('... o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações'). [Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 5ª ed., Dialética, p. 75/76].

O administrador, ao agir em consonância com a lei, mesmo perseguindo um fim estatal imediato (interesse público secundário), está atuando em prol da satisfação do interesse da coletividade (interesse público primário). Assim, no transcorrer de um procedimento administrativo licitatório, como o certame em análise, a observância à Lei nº 8.666/93 e ao instrumento convocatório evidencia o respeito aos princípios da licitação, em especial da isonomia, da moralidade, da finalidade, da indisponibilidade do interesse público e do julgamento objetivo, sem prejuízo da eficiência.

Quanto aos questionamentos técnicos acerca do descritivo para os itens 026 e 027 alegados pela recorrente com o fito de desclassificar a recorrida LOGITEX LTDA. verifica-se que quanto ao sistema de secagem há expressamente registrado no manual do fabricante junto à ANVISA as especificações técnicas em pormenores que expressamente demonstram que o equipamento cotado pela recorrida (marca BS) atende aos anseios da unidade solicitante já que de acordo com o sistema de secagem solicitado; bem como quanto ao sistema de pressão e temperatura para esterilização que estão em consonância com a variante necessária prevista no edital para fins de atendimento da instituição. Salienta-se que os equipamentos cotados para referidos itens pela empresa recorrida LOGITEX LTDA. e fabricados pela empresa BS apresentam-se devidamente registrado perante à ANVISA e estando, portanto, aptos para a sua comercialização e assim sendo possuindo suas devidas especificidades técnicas de acordo com as exigências previstas em edital e certificações necessárias. Quanto a temperatura de trabalho de 0° a 150°C e o mesmo caso da pressão descrita acima, ela é programável de 0 a 150°C, sendo assim o equipamento vai programado com a temperatura especificada no edital que é de 121°C a 134°C.

Alega a recorrente equivocadamente que o equipamento cotado pela recorrida trabalha de 0 a 4 kg/cm e no edital eles pedem de 1,7 a 1,9 kg/cm, contudo, o equipamento da recorrida é calibrado conforme o edital, a faixa de pressão descrita no manual a a maxi e a minima de trabalho do equipamento e ela é configurável, e a descrita edital esta

dentro da faixa de trabalho do equipamento, com isso será enviado certamente o equipamento com a pressão descrita no edital.

Quanto a temperatura de trabalho de 0° a 150°C e o mesmo caso da pressão descrita acima, ela é programável de 0 a 150°C, sendo assim o equipamento vai programado com a temperatura especificada no edital que é de 121°C a 134°C.

Quanto a garantia do equipamento ela é adotada de acordo com o que o edital especifica, portanto, estando a recorrida atendendo aos termos do edital de abertura do certame.

Quanto ao certificado ISO 9001 que foi alegado pela recorrente não atender a empresa recorrida pelo equipamento por ela ofertado, segue anexo link onde consta o contato com a fábrica e todas as assistências técnicas cadastradas no Brasil, e só acessar-se o site que informara os locais.(<http://www.autoclavedigitale.com.br/>; Autoclave Digitale; www.autoclavedigitale.com.br).

Portanto, de todo o exposto supra, cumpre elucidar ainda que laborara com prudência a Nobre Comissão de Licitação ao classificar a proposta da recorrida a declarando vencedora eis que cotara produto/serviço em conformidade com o exigido em edital, sobretudo considerando o menor preço em relação a recorrente.

Diversamente do que alega a recorrente referido ato que declarara vencedora a recorrida não frustra o caráter competitivo do certame já que a mesma destina-se a garantir ao Poder Público uma contratação eficiente pautada na lisura e no pleno atendimento do seu intento.

Tem-se que não pode haver licitação com discriminações entre participantes, seja favorecendo determinados proponentes, seja afastando outros ou desvinculando-os no julgamento. A igualdade entre os licitantes é princípio irreligável na licitação.

Celso A. Bandeira de Mello afirma que "o princípio da igualdade consiste em assegurar regramento uniforme às pessoas que não sejam entre si diferenciáveis pôr razões lógicas e substancialmente (isto é, a face da constituição) afinadas com eventual disparidade de tratamento".

Salienta-se que caso a recorrida viesse a ser desclassificada tendo por motivo as alegações/exigências para fins de comprovação técnica – jurídica (documental) por parte da recorrente, a Nobre Comissão de Licitação estaria laborando em equívoco já que estaria desatendo as demais condições expressas em edital e deixando de lado a busca por uma proposta mais econômica e viável ao Poder Público cotado pela recorrida, eis que dentro do menor preço e ainda em plena consonância com as exigências editalícias. O edital de licitação tem força de lei entre a administração pública e os participantes, e não é possível fazer novas exigências a não ser as previamente admitidas.

Importante atentar-se para o princípio da vinculação que prevê que os termos do edital devem ser observados até o encerramento da disputa. Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame; neste sentido é o que prevê o art. 41. Da Lei 8.666/93 ao dispor que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

A licitação é destaca-se como sendo procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários

interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico.

Para desenvolver tal mister, é necessária a observância de diversos princípios, um deles do da vinculação ao instrumento convocatório. Pois bem. O princípio da vinculação ao instrumento vinculatório aduz que, uma vez nele estabelecidas as regras do certame, elas devem ser cumpridas, em seus exatos termos.

É conclusivo, portanto, afirmar que a licitação é um procedimento documental, no qual se observa a formalidade necessária e suficiente para garantir segurança jurídica tanto para o licitante quanto para a Administração Pública.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto. Como se vê, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade

administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Isso sem contar a necessidade de perpetuação de tal vinculação durante toda a execução do contrato.

Salienta-se que caso a recorrida fosse desclassificada do certame por certo o Poder Público estaria negando a possibilidade de obter a melhor aquisição levando-se em conta o binômio custo-benefício e ainda poderia vir a onerar mais os cofres públicos na hipótese do certame ser anulado e posteriormente reaberto, já que daí decorreria os entraves burocráticos e os gastos desnecessários com atos administrativos.

Verifica-se, portanto, que caso a empresa recorrida fosse desclassificada do certame pelas alegações trazidas pela recorrente, mas que de fato já foram refutadas pela recorrida, o Poder Público estaria perdendo uma proposta que vai ao encontro de seus interesses, pois conforme verificado da realidade dos autos a recorrida cotara produto/serviço em conformidade com o edital ainda pelo menor preço, o que resta evidenciado que o Poder Público deve sempre buscar a proposta mais vantajosa, ainda que em plena consonância com as exigências editalícias.

A toda evidência, guardada a indispensável legalidade, o que deve importar predominantemente nos julgamentos de certames licitatórios é se ter em mira o princípio da finalidade, aquele que imbuía-se com outro, o da resultante social, não sendo demais lembrar que o direito presta-se, teleologicamente, à instrumentalização do ideal de Justiça

Desta feita, considerando as alegações fáticas e jurídicas supra expostas e que efetivamente comprovam que a empresa recorrida LOGITEX LTDA., atende em sua plenitude as condições técnicas exigidas e expressas em edital e ainda que cotara o menor preço é de se julgado improcedente o recurso ofertado pela empresa recorrente Qualymedic Comércio e Assistência Técnica Ltda, sendo mantida a sua desclassificação do certame, e procedente as presentes contra-razões recursais no que tange a manutenção do ato classificatório da empresa recorrida e sua conseqüente vitória no presente certame, já que referido ato apresenta-se dentro dos parâmetros da legalidade, eis que não é possível exigir condições de qualificação técnica-jurídica não previstas expressamente em edital e ainda que restrinjam o caráter competitivo do certame.

Nestes Termos,
Aguardo Deferimento.

De Palhoça para Joaçaba, em 17 de junho de 2015.


Logitex Brasil Comercial Ltda-ME
CNPJ nº. 22.592.045/0001-91
Débora Reolon
CPF nº. 027.660.979-45



Certificado de Conformidade

Certificado nº **SGQ-3287**

Efetivado em **01/12/2015**

Válido até **30/09/2018**

Empresa:

BS EQUIPAMENTOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP
CNPJ: 04.709.243/0001-54

Escopo:

Adequação e Comercialização de Autoclaves.

Endereço:

Rua Aristides Ribeiro, 190 - Jardim Ribeiro
37068-120 - Varginha / MG

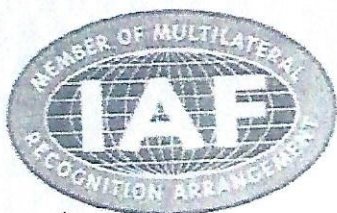
Norma Técnica:

NBR ISO 9001:2008

Data de Emissão:

São Paulo, 01 de Dezembro de 2015.


Plínio Pereira
Gerente de Certificação



12

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS,
INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



CERTIDÃO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude etc...

Certifica com base na Lei 8935/94 - art. 7º - inc. V, que o(s) documento(s) em anexo é reprodução fiel do original que me foi apresentado e neste ato confirmo sua autenticidade através do Código de Controle e Autenticação abaixo.
O referido é verdade, dou fé.

Este documento foi emitido em 18/04/2016 às 15:20:38 (hora de Brasília).

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bf61f2041e045ad2d49dc98793cc7713494e094a43f4ca98720c61c010fd8e35f3f68928ec5b6fae14708854b8fd0cf08ce396ad7c98371096d9ba31a31026a37
--

A chave digital acima, garante que este documento foi gerado para BS EQUIPAMENTOS, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP e emitido através do site do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com a Legislação Federal em vigor Art 1º. e 10º. § 1º. da MP 2200/01.

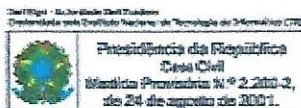
Esta certidão tem a sua validade até: 14/04/2017 às 13:50:22 (Dia/Mês/Ano)

Código de Controle da Certidão: 515959

Código de Controle da Autenticação:

60141204160859350187-1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por qualquer pessoa e a qualquer momento através do site: <http://www.azevedobastos.not.br>



12